

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)  
 **PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

No dia 1 de Outubro, o Gabinete do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural enviou um comunicado à agência de notícias Lusa onde enfatizou a importância da produção do azeite para o “desenvolvimento económico do sul do país, geradora de emprego e dinamizadora da realidade empresarial” e discordou dos autarcas do Baixo Alentejo, demonstrando que “é incompreensível o discurso alarmista que alguns autarcas do Baixo Alentejo têm vindo a adotar relativamente à cultura do olival”.

Revela ainda que os técnicos do MAFDR terão efectuado uma “avaliação dos possíveis efeitos ambientais desta cultura, tendo concluído que o olival intensivo não promove mais pressões ambientais do que outras culturas regadas com expressão determinante no Alentejo”.

As únicas avaliações conhecidas no domínio público serão os relatórios elaborados em 2009, 2010 e 2011 pelo já extinto Grupo de Trabalho do Olival (GTO) criado através do Despacho n.º 26873/2008 de 23 de Outubro. Assim sendo, com base no que consta nos mesmos, esta comparação entre as culturas regadas no Alentejo é feita com base em culturas de arroz, tomate e milho, que actualmente revelam pouca expressão na área de cultivo do Alqueva.

Ainda, os autores não deixam de alertar para o facto da “informação que sustenta os resultados descritos é precária – quer a que se extraiu do “inquérito”, quer a que se consignou para figurar como termo de comparação; por conseguinte, deve ser sublinhada a necessária prudência nas interpretações conclusivas”.

No mesmo comunicado do gabinete do MAFDR é referido que os “indicadores compulsados a apontam como das menos potenciadora de impactos negativos no solo”. Contudo, nas avaliações que foram efectuadas pelo GTO os técnicos revelam que “não existe qualquer dispositivo instalado para medição do risco de erosão” pelo que este não terá sido avaliado. Ainda, recomendam a importância de “monitorizar as alterações no solo, em especial o fenómeno de erosão nos terrenos com declive moderado”.

Para além do risco de erosão, os técnicos verificaram que em cerca de 30% da área dos olivais intensivos no Alentejo existe susceptibilidade alta à salinidade, compactação e contaminação dos aquíferos e solos por fitofarmacêuticos.

Também é ainda realçado no 1º Relatório de GTO que não existe “na maior parte dos casos, registos sistemáticos da quantidade dos factores aplicados (fitofármacos, fertilizantes, volume de água)”, pelo que poderá indiciar alguma discrepância nos valores comunicados pela gestão dos olivais e os valores reais.

Atendendo ao supra exposto, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar as seguintes informações ao Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural:

1. Visto que o gabinete do MAFDR terá revelado que o olival intensivo é determinante no desenvolvimento económico do sul do país, gerador de emprego e dinamizador da realidade empresarial, onde se encontra o estudo económico que efectuou para suportar essa afirmação?
2. Sendo que a única informação pública disponível pelo MAFDR relativamente à “Análise dos impactos no solo resultantes da introdução de novos olivais regados no Alentejo”, se encontrar desactualizada (2011), onde se baseou o gabinete do MAFDR para inferir que o olival intensivo não promove mais pressões ambientais que outras culturas de regadio?
3. Tendo a referida avaliação sido elaborada com base em inquéritos em 2011, onde na “maioria dos casos não há registos sistemáticos dos factores aplicados (fitofármacos, fertilizantes, volume de água)”, pode ser considerada fidedigna a extrapolação dos poucos dados existentes para os olivais existentes no Baixo Alentejo em 2018?
4. Para além de estudos relativamente ao impacto no solo, existem estudos relativamente ao impacto nas águas subterrâneas, nos ecossistemas e na saúde pública? Se sim, onde estão disponíveis para consulta?

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2018

Deputado(a)s

ANDRÉ SILVA(PAN)